



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015180-27.2011.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Janaína Cristina Buono Soares**
 Requerido: **A N e Planos Odontológicos Ltda Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Paulo César Scanavez**

Vistos.

JANAÍNA CRISTINA BUONO SOARES move ação em face de A N e Planos Odontológicos Ltda ME e Lygia Gualtieri, alegando que celebrou contrato de prestação de serviço odontológicos com a primeira ré, na condição de dependente do plano de seu marido Vagner Aparecido Soares. Em maio de 2010 apresentou quadro de fortes dores em um dos seus dentes e foi atendida pela segunda ré, que identificou que o dente lesionado era o de nº 37, ou seja, o segundo molar inferior esquerdo. O preço combinado foi de R\$ 1.068,00, representado por seis cheques, emitidos contra a CEF. Dez meses depois do tratamento, voltou a sentir fortes dores no mesmo dente e procurou outra cirurgia dentista que diagnosticou que a paciente apresentava coroa metálica fundida com contato prematuro; faltava contato proximal (distal) com impacção alimentar grande; a gengiva estava hiperplasiada, invadindo a porção distal do dente, por desadaptação da coroa; apresentava desadaptação da coroa também na face vestibular e mesial; e cárie na raiz distal havia núcleo metálico comprometido pela cárie. Não foi realizado o tratamento como deveria, já que a coroa não havia sido bem adaptada, apresentava folga, o que permitiu a entrada de alimentos que careou o pino, inflamando a gengiva e estrutura óssea, o que impôs o tratamento de canal e posterior extração do dente 37. Com o tratamento de canal, gastou R\$ 350,00, com medicamentos R\$ 69,60, gastou com medicamentos prescritos pelo seu obstetra R\$ 174,13. Perdeu o dente 37, terá que implantar dente a um custo de R\$ 2.000,00. Sofreu danos estéticos decorrentes da perda do referido dente. Sofreu danos morais por todo esse quadro de imperícia das rés. Sua dignidade foi afetada. Pede a procedência da ação para condenar as rés ao pagamento dos seguintes valores: devolução do que pagara para o tratamento, ou seja, R\$ 1.068,00, extração do dente R\$ 350,00, despesas com medicamentos em geral R\$ 243,73, novo implante R\$ 2.000,00, indenização por danos morais no valor mínimo de 50 salários mínimos, além de correção monetária, juros e honorários advocatícios. Documentos à fls. 22/52. As rés foram citadas.

Contestação às fls. 59/67 alegando ilegitimidade da segunda ré. No mérito, o dente 37 fora tratado pelos profissionais que apresentaram os laudos que instruíram o pedido inicial. A segunda ré recebeu a paciente autora depois da intervenção e tratamento realizado pela Dra. Neire Aparecida de Assis. A autora não se manteve comprometida com o tratamento proposto pelas rés, cometendo excessivas ausências nas consultas marcadas. Devido à gestação ocorrida no período do tratamento, apresentou quadro de gengivite gravídica e apesar da orientação recebida, não melhorou a higienização bucal. A autora recusou-se ao exame radiográfico para auxiliar no diagnóstico e tratamento. A autora apresentava o hábito parafuncional conhecido por bruxismo. A autora não autorizou a confecção e uso da recomendada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

placa miorrelaxante. A autora não aceitou tratamento visando à reversão do quadro apresentado e optou pela exodontia do elemento 37. Os serviços odontológicos prestados pela ré teve como finalidade a reconstrução e restauração de um dente fraturado, envolvendo tão só a confecção e fixação da coroa. Os demais procedimentos de preparo foram feitos por outros profissionais, tais como tratamento de canal e núcleo. As rés atuaram de modo regular. Não agiram com culpa. Inpugnam todos os pedidos de indenização formulados na inicial. A autora quem obrou com culpa exclusiva. Documentos às fls. 69/182.

Réplica às fls. 184/185. Saneador à fl. 187. Laudo pericial às fls. 228/247. Esclarecimentos às fls. 285/286 e 293. Certidão de nascimento às fls. 262/264. Em alegações finais, as partes reiteraram os seus anteriores pronunciamentos.

É o relatório. Fundamento de decido.

A preliminar de ilegitimidade "ad causam" passiva foi afastada pela decisão de fl. 187. As rés não tiraram recurso dessa decisão, alcançando assim a preclusão.

Incontroverso que a autora necessitou dos serviços odontológicos das rés. A segunda ré quem, na condição de cirurgiã dentista, lhe prestou os serviços necessários. O pagamento do preço foi realizado conforme fls. 23/33. Dez meses depois, a autora apresentou quadro de dor no mesmo elemento 37 e foi examinada pela cirurgiã dentista dra. Neire Aparecida de Assis, que emitiu o diagnóstico de fls. 34/35. A autora teve que se submeter ao tratamento endodôntico de fls. 37/38. Os medicamentos estão discriminados às fls. 39/40, 44/48.

Novos documentos aportaram nos autos às fls. 149/182 e também foram levados em consideração pela perita judicial. Este juízo determinou a juntada por linha de um CD e três radiografias, conforme certidão de fl. 212, material examinado no momento da prolação desta sentença.

A autora estava grávida quando se submeteu ao tratamento promovido pelas rés. Deu à luz a filha Maria Eduarda Buono Soares no dia 10/09/2011 (fl. 262). Em maio de 2011, a autora estava no 5º mês de gravidez. Depois de fls. 34/38 o elemento 37 foi extraído da autora, fato constatado pela perita à fl. 234. À fl. 235 foi registrado que "a saúde periodontal da autora estava boa, não havia áreas de gengivite ou periodontite. A oclusão estava harmônica, sem sinais de disfunção".

A requerida dra. Lygia deixou de levar em consideração os remanescentes dentais da autora, o que seria possível mediante a indispensável avaliação clínica e radiográfica da paciente, conforme anotado às fls. 235/240. Indispensável seria a realização da radiografia dentária na autora. Podia aguardar o segundo semestre da gravidez para efetuar a referida radiografia. A proteção a ser aplicada na paciente consta do último parágrafo de fl. 239: "... Proteger o abdome com avental de chumbo, evitar repetições por erro de técnica, evitar ângulos direcionados para o abdome". À fl. 240 a vistora observou que "... É definido que radiografia dentária não apresenta nenhum risco ao feto, e pode ser usada em prevenção e tratamentos dentários, assim como o uso dos anestésicos locais não é contraindicado, sendo a lidocaína com vaso constritor o mais seguro...".

A perita também observou com muita propriedade "... Mesmo que fosse considerado risco para a paciente a realização de RX, uma alternativa viável seria a manutenção do elemento dentário com coroa provisória até o fim da gestação, pois o tratamento definitivo não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

poderia ter sido realizado sem a tomada radiográfica inicial e revelaria por exemplo a perda de espaço protético devido à inclinação do elemento dentário 38".

A omissão da ré dra. Lygia foi determinante para o desdobramento dos problemas experimentados pela autora. Essa omissão consistiu: a) deixou de colocar coroa provisória na autora para a eficaz intervenção odontológica depois do término da gravidez ou até mesmo após alguns meses da amamentação; b) com o consentimento da autora poderia no início do segundo semestre da gravidez realizar a radiografia dentária visando concluir com precisão o diagnóstico para uma perfeita e adequada intervenção no elemento 37.

No caso da letra "a" do parágrafo anterior, em odontologia dá-se o nome de "tratamento de espera". É sabido que esse tratamento provisório é menos custoso. A segunda ré tinha assim ao seu dispor, profissional que é há várias décadas, depois de aplicar a coroa provisória, poder aguardar o término da gravidez ou o segundo semestre da gravidez para, com segurança diagnóstica, realizar o seu trabalho profissional com a necessária eficiência. A escolha feita pela profissional se mostrou inadequada. As intervenções levadas a efeito às fls. 149/182 foram indispensáveis para atender à imperiosa necessidade dental da autora, sinal de que o tratamento promovido pela ré não alcançou o êxito esperado. Esse tratamento não pode ser considerado de simples "meio", mas de efetivo "resultado".

Na resposta ao quesito 14 de fl. 246, a perita trouxe valiosa observação: "Sim, existia núcleo desde agosto de 1991 e estava bem adaptado; pela radiografia de 1997, também observamos que estava, mas na radiografia de 2003 e 2004 observamos cárie na distal, e, portanto, o núcleo já estava com a adaptação comprometida". Isso reforça a conclusão de que a segunda ré (dra. Lygia) foi negligente ao iniciar o tratamento sem obter a radiografia dentária da autora, o que a guiaria de modo mais seguro e preciso no diagnóstico e no tratamento. Ambas as rés recolhem os efeitos dessas omissões e terão que responder civilmente pelas consequências experimentadas pela autora.

Na judiciosa fundamentação adotada pelo desembargador Francisco Loureiro, no v. acórdão proferido na apelação cível nº 9168629-81.2000.8.26.0000, j. 15.09.2011, observou que: "... Se a obrigação é de resultado, a culpa do contratado que deixou de atingir o objetivo é presumida. Basta ao lesado provar que a finalidade do contrato não foi alcançada".

No v. acórdão proferido na apelação cível nº 0230907-58.2006.8.26.0100, j. 24.03.2011, o ilustre relator desembargador Ênio Santarelli Zuliani fez menção ao que escrevera sobre Questões Atuais de Responsabilidade Civil, Seleções Jurídicas ADV, ed. COAD, RJ, agosto/2004, pg. 13: "A prestação que o dentista assume, em situações convencionais de seu ofício (de menor complexidade como obturação, limpeza, tratamento de canal) que correspondem aos serviços mais exigidos nos consultórios, é considerada como de resultado. Assim se manifestam os mais respeitáveis doutrinadores, como Silvio Rodrigues (Direito Civil, Responsabilidade Civil, Saraiva, v. 4 pg. 256) e Sérgio Cavalieri Filho (Programa de Responsabilidade Civil, pg. 285, nº 87.1)".

A autora sofreu inúmeros prejuízos materiais, todos suficientemente documentados às fls. 23/54. A vistora observou na resposta dada ao quesito 12 de fl. 243 que "segundo os autos nas fls. 44 e 45 a paciente precisou ser medicada com antibióticos". Apesar da perita ao responder o quesito 9 de fl. 245 ter consignado que pela imagem radiográfica não existe condição favorável para poder afirmar se era indicada a extração ou o tratamento do elemento 37, observo que a decisão para a efetivação da exodontia partiu de profissional da área odontológica,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

presumivelmente obedecendo ao padrão apropriado à espécie em razão das circunstâncias, por isso as rés, solidariamente, terão que pagar à autora os valores seguintes: R\$ 1.068,00 da restituição do valor que ela pagou àquelas para o tratamento; R\$ 350,00 da extração do elemento 37; R\$ 243,73 do reembolso do custo dos medicamentos que a autora usou por prescrição profissional; R\$ 2.000,00 para a realização do implante de dente no local outrora ocupado pelo elemento 37. Total desses valores: R\$3.661,73.

A hipótese vertente dos autos não contempla indenização por dano estético. A perita ao responder o quesito 8 de fl. 245 enfatizou que "a estética facial não está prejudicada, não existe deformidade física visível". Ademais, o implante de dente concedida no parágrafo anterior suprirá, vantajosamente, o pleito de indenização por danos estéticos que, como já constou, não ocorreram. O implante de dente preservará em favor da autora a função mastigatória.

Sem dúvida que todo esse quadro causou danos morais para a autora. Foi atingida em sua dignidade pelo malogrado serviço prestado pelas rés. Sérgio Cavalieri Filho, na obra "Programa de Responsabilidade Civil", 5ª edição, ed. Malheiros, pg. 98, ensina que: "(...) só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar...". Além das dores causadas à autora, esta acabou perdendo o elemento 37. Arbitro a indenização por danos morais no valor equivalente à R\$ 16.950,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês contados desde 24 de março de 2011, conforme fl. 37.

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação para condenar as rés, solidariamente, a pagarem à autora as verbas seguintes: a) indenização pelos danos materiais no valor de R\$ 3.661,73, com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês (Súmulas 43 e 54 do STJ), desde a data do desembolso de cada valor que compôs a integralidade dessa condenação; b) indenização pelos danos morais no valor de R\$ 16.950,00, com correção monetária a partir de hoje pela tabela prática adotada pelo TJSP, bem como juros de mora de 1% ao mês contados desde 24/03/2011. Condeno as rés a pagarem à autora 15% de honorários advocatícios, custas do processo e as de reembolso.

P.R.I.

Sao Carlos, 30 de setembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA